

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011685-45.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Norival Sérgio Marques**
 Embargado: **Thiago Mazzutti Guerra**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

NORIVAL SÉRGIO MARQUES ajuizou **EMBARGOS À EXECUÇÃO** em face de **THIAGO MAZZUTI GUERRA**, todos devidamente qualificados nos autos.

O embargante informa na sua exordial não ter firmado qualquer negócio com o embargado; que o cheque em que se baseia a execução não estava endossado ao exequente e foi emitido a Fabio Serpa Marques e Sergio Alves de Godoy com quem havia contratado a compra e venda de 60 novilhas da raça Nelore e Anelorada; como os animais não foram entregues o negócio foi desfeito e sustou o cheque; existe má-fé do credor, pois os cheques não foram a ele endossados, não podendo circular; Fabio está pagando o embargado e tem informações de que já foram pagos R\$ 32.000,00; assim, o embargado busca enriquecer-se ilicitamente. Por fim, o imóvel indicado na execução é “bem de família”, portanto impenhorável. Requereu a suspensão da ação de execução e o acolhimento dos embargos. A inicial veio instruída por documentos às fls. 08/20.

Foi indeferida a suspensão da execução (fl. 22).

O embargado apresentou impugnação alegando: 1) a necessidade de extinção do processo sem resolução de mérito pela ausência de documentos indispensáveis à distribuição da ação; 2) é credor de boa-fé; 3) o título é líquido, certo e exigível; 4) impugnou o contrato juntado na inicial, por ser documento unilateral; 5) o embargante é

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

sobrinho do Sr. Fabio e forjou o contrato para livrar-se da dívida; 6) que o cheque não foi sustado, foi devolvido por insuficiência de fundos; 7) o cheque foi emitido ao portador, portanto livre para circulação; 8) que o embargante tem registrados em seu nome 10 imóveis. No mais rebateu a inicial e pediu a improcedência dos embargos e condenação do embargante em litigância de má-fé. Juntou documentos às fls. 41/50.

Instados a produzirem provas (fl. 51), o embargado pediu a produção de prova pericial, testemunhal e depoimento do requerente (fl. 54) e o embargante pediu a produção de prova testemunhal (fl. 55/56).

A fls. 63 segue auto de constatação.

Diante do despacho de fls. 88 o embargante arrolou testemunhas e apontou os pontos controvertidos.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

Inicialmente, é de rigor indeferir a produção de prova testemunhal apresentada pelo embargante, pois este pretende através dela demonstrar a ocorrência de relação jurídica com terceiro estranho à lide, o que não tem pertinência nos presentes autos; ademais, eventual comprovação dos fatos especificados na petição de fls. 55/56 não tem reflexos/relavência na situação do terceiro de boa-fé (exequente).

Da preliminar de ilegitimidade trazida a fls. 01/02.

A legitimidade para a causa decorre da pertinência subjetiva entre as partes da relação processual e aqueles que ocupam os polos da afirmada relação jurídica de direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

material.

Sendo o autor/exequente portador do cheque que instruiu a presente é evidente sua legitimidade para a causa.

Tal cártula, ademais, não foi sacada vinculada a qualquer negócio e, assim, representa ordem de pagamento à vista.

No mérito.

O exequente diz ter sacado o cheque vinculado a negociação que teria firmado com Fábio e Sérgio (compra e venda de gado).

Se escuda em documentação emitida sem qualquer participação do exequente.

Pretende, ainda, provar por testemunhas **detalhes de 60 animais (novilhos) e ainda vinculá-los a outro negócio, que teria sido firmado entre o exequente, de um lado, e Fábio e Sérgio, de outro, o que me parece totalmente inviável.** A prova testemunhal é tipicamente subsidiária (ou de reforço), nessas situações.

O “contrato” exibido a fls. 14/15 não estabelece o valor “por cabeça” de gado; simples leitura da “cláusula 1ª” demonstra que não houve sequer a preocupação do embargante, na condição de comprador, de identificar o que estava comprando nem o valor de cada animal; não há informações da origem do plantel, de onde viria e quem seria o fornecedor, a qualidade, procedência, linhagem, características intrínsecas e extrínsecas das relações comerciais costumeiramente praticadas no ramo de gado.

Sem nada a reforçar, tenho que a produção exclusiva de depoimentos é descabida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Confira-se a respeito a indagação consignada a fls. 93, item 4 e 5.

Cabe, por fim, ressaltar que o exequente diz desconhecer totalmente a negociação descrita.

O exequente figura no título como beneficiário/tomador. Nele nada foi lançado a respeito do saque vinculado a negociação de gado; também não há na cártula qualquer referência a Fábio Serpa Marques e Sérgio Godoy.

Se o negócio feito pelo sacador com referidos senhores apresentou problemas – mais especificamente a não entrega dos animais como narrado a fls. 03 – deve aquele resolver com estes últimos o inadimplemento.

O autor/exequente é terceiro cuja boa-fé se presume.

Cabe, ainda, ressaltar que a cambial não foi paga pelo sacado pelas alíneas “11”, ou seja, “insuficiência de fundos” (1ª apresentação em 20/06/2017) e “21”, ou seja “contraordem ou oposição ao pagamento” (2ª apresentação em 28/06/2017). Não consta contraordem por desacordo comercial.

Por fim, não é crível que o embargante tenha sacado o título pré-datado esperando a entrega do gado para o dia 07/06/2017 – que não recebeu – e permitiu sua circulação até 28/06 sem apresentar qualquer contraordem por desacordo comercial.

O título que instruiu a vestibular foi emitido pelo embargado e está



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ordenado sob o aspecto formal.

A defesa trazida pelo embargado não questiona a emissão do cheque e não é suficiente para obstar a execução do título.

Cheques representam confissão da dívida do valor neles lançado como ordem de pagamento à Instituição Financeira.

Como corolário do princípio da autonomia tem-se o subprincípio da abstração, ou seja, a obrigação cambial desprende-se do negócio jurídico subjacente, de modo que não é lícito ao devedor-emitente invocar tal relação jurídica para tentar ilidir qualquer responsabilidade perante o terceiro de boa-fé.

Some-se que cheques são títulos não causais, para pagamento à vista.

Acerca da natureza não causal do cheque, leciona Fábio Ulhoa Coelho:

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o cheque e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219).

Nesse diapasão vêm decidindo o TJSP:

Ementa: Agravo de instrumento. (...) Cheques emitidos. Títulos de crédito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

regidos pelos princípios da abstração e autonomia, do que decorre não ficarem vinculados ao negócio jurídico subjacente que lhes deu causa. Eventual circulação que torna impossível ao emitente, se acionado por terceiro de boa-fé, opor-lhe as razões de ordem pessoal que o levaram à emissão. Terceiros de boa-fé não sujeitos às exceções pessoais perante a comerciante contratada. Artigo 25 da Lei nº 7.357/85 e artigo 906 do Código Civil. Hipótese de desfazimento do contrato em que, se os títulos circularam, não terá o condão de impor essas consequências para terceira pessoa de boa-fé, portadora dos títulos em razão de endosso-translativo. Decisão mantida. Recurso não provido (TJSP, AI 2141712-17.2018.8.26.0000, Rel. Des. Hélio Nogueira, DJ 20/08/2018).

E ainda:

Ementa: APELAÇÃO – Ação monitória fundada em seis cheques devolvidos por insuficiência de fundos – Apelo da ré/embargante – Três cheques são nominais e contêm endosso no seu anverso – Autora que se tornou a portadora do título – Art. 19, §1º, da Lei n. 7.357/85 – Mensagens eletrônicas trocadas entre as partes que constitui prova escrita capaz de atestar o direito da autora de exigir o pagamento dos outros três títulos – Ré não se desincumbiu de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora – Art. 373, II, do CPC/2015 - Inoponibilidade das exceções pessoais contra terceiros de boa-fé em relação aos cheques que circularam regularmente – Autonomia e independência da relação cambiária - Os juros moratórios fluem a partir da primeira apresentação à casa bancária – Entendimento pacificado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.556.834/SP, sob o rito dos recursos repetitivos – Sentença mantida – RECURSO DESPROVIDO (TJSP, Apelação 1020096-09.2016.8.26.0309, Rel. Des. Jonize Sacchi de Oliveira, DJ 09/08/2018).

Por fim, o embargante litiga em clara má-fé, uma vez que alegou que o bem a ser constrito serve de abrigo a sua família e nunca ali residiu. A constatação realizada no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sobredito imóvel consignou seu arrendamento a terceiro, bem como que não há pessoas residindo no local, o que foi confirmado pelo próprio embargante (cf. fls. 63).

Ou seja, a defesa do embargante infringiu os deveres previstos no inciso I e II do art. 77, do CPC, devendo ser considerado litigante de má-fé, com espeque nos incisos I, II, VI, do artigo 80 do mesmo *Codex*.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTES** os presentes embargos.

Ante a sucumbência, condeno o embargante no pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor dado à causa. Fica o embargante condenado como litigante de má-fé a pagar 2% sobre o valor dado da causa.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 18 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**